



**AGRICULTURA FAMILIAR E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS COLONOS DE BOTUVERÁ/SC<sup>1</sup>.**

**FAMILY FARMING AND AREAS OF PERMANENT PRESERVATION: AN ANALYSIS BASED ON THE COLONOS' SOCIAL REPRESENTATIONS IN BOTUVERÁ/SC.**

**AGRICULTURA FAMILIAR Y ÁREAS DE PRESERVACIÓN PERMANENTE: UN ANÁLISIS A PARTIR DE LAS REPRESENTACIONES SOCIALES DE LOS COLONOS DE BOTUVERÁ/SC.**

**Cíntia Uller-Gómez<sup>2</sup>  
Luiz Fernando Scheibe<sup>3</sup>  
Maria José Reis<sup>4</sup>**

## RESUMO:

Neste trabalho analisamos as representações sociais de agricultores familiares de Botuverá (SC), auto-identificados como “colonos”, a respeito do uso das margens dos cursos d’água, e o significado do plantio de espécies florestais exóticas (sobretudo eucalipto) em seus estabelecimentos rurais. Constatamos que as áreas ciliares são tidas como áreas produtivas para a família, a partir de um conjunto de valores, correspondentes, de um modo geral a uma certa campesinidade, e de modo específico à sua condição de colonos. O plantio de espécies exóticas como os eucaliptos, por sua vez, aparece com mais intensidade nos estabelecimentos em que os referidos valores camponeses já não têm tanta importância nas decisões tomadas, e naqueles estabelecimentos em que já não se depende exclusivamente do uso da terra. Concluimos que estratégias de conservação ambiental devem considerar as necessidades práticas e os aspectos simbólicos dos agricultores familiares, através da construção conjunta de alternativas de uso conservacionista, valorizando o aspecto de que nos estabelecimentos em que os valores relativos à referida campesinidade se fazem mais presentes, é maior a tendência em conservar a biodiversidade.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Mata ciliar; Áreas de preservação permanente.

<sup>1</sup> Este artigo tem como base um dos capítulos da tese de doutorado de Cíntia Uller-Gómez, *Agricultura familiar e participação na gestão das águas na Bacia do Itajaí (SC, Brasil)*, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da UFSC, 2006, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe e a co-orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria José Reis.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da UFSC, Engenheira Agrônoma. E-mail: [cintiaug@yahoo.com.br](mailto:cintiaug@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Doutor em Geociências pela Universidade de São Paulo, USP, Professor Titular do Depto. Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC e dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e em Geografia. E-mail: [scheibe2@gmail.com](mailto:scheibe2@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, professora aposentada da UFSC e Titular da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC. E-mail: [masereis@hotmail.com](mailto:masereis@hotmail.com)

**ABSTRACT:**

The purpose of this study is to analyse the *colonos'* social representations in Botuverá (SC), concerning the use of the margins of the water courses and the meanings of exotic forestry species planting (eucalyptus, above all) in their rural establishments. Examining the heart of peasantry values in general and, in particular, the values expressed by the *colonos*, we found that the margins of water courses are considered as productive areas for the family. On the other hand, the planting of exotic forestry species appears with more intensity in the rural establishments where the above-mentioned peasant values do not greatly influence the decision-making process, as well as in those establishments that do not exclusively depend on the use of the land. We have concluded that the strategies for environmental preservation should take into account the family farmer's practical needs and symbolic aspects, creating joint alternatives of conservative use, valuing the fact that there was a greater interest in preserving the biodiversity in the establishments where the peasant categories were more evident.

**Key-words:** Family farming; Riparian vegetation; Permanent preservation areas.

**RESÚMEN:**

En este trabajo analizamos las representaciones sociales de los agricultores familiares de Botuverá (SC), conocidos como "colonos", con respecto al uso de los márgenes de los cursos de agua y el significado de la plantación de especies exóticas (sobre todo eucalipto) en sus establecimientos rurales. Constatamos que las áreas ribereñas son aprehendidas por los agricultores como áreas productivas para la familia a partir del conjunto de valores correspondientes a una cierta campesinidad de manera general, y de los valores del "colono", en particular. A su vez, la plantación de especies exóticas como el eucalipto es más frecuente en los establecimientos en que los valores campesinos mencionados ya no tienen tanta importancia en las decisiones tomadas, y en aquellos en que la supervivencia ya no depende exclusivamente del uso de la tierra. Concluimos que las estrategias de conservación ambiental deben considerar las necesidades prácticas y los aspectos simbólicos de los agricultores familiares, a través de la elaboración conjunta de alternativas de uso conservacionista, teniendo en cuenta que en los establecimientos en que las categorías campesinas están más presentes, era mayor la tendencia en la conservación de la biodiversidad.

**Palabras-clave:** Agricultura familiar; Areas ribereñas; Areas de perservación permanente.

**1 INTRODUÇÃO**

Neste trabalho procuramos compreender como os agricultores familiares de Botuverá, no Vale do Itajaí (Santa Catarina), concebem as "áreas de preservação permanente" em seus estabelecimentos rurais, assim determinadas pela legislação ambiental brasileira, sobretudo as margens dos cursos d'água (artigo 2º da Lei

4771/65 – Código Florestal), e os remanescentes florestais em estágios médio e avançado de regeneração (artigo 1º do Decreto 750, de 1993).

A busca desta compreensão decorre da necessidade de serem levadas em conta, no caso da gestão das águas, as possíveis implicações sobre as condições de vida dos agricultores familiares neste Vale, em sua especificidade sociocultural, a partir da Nova Política Nacional de Recursos instituída no Brasil com a promulgação da Lei Federal 9.433, de 08 de janeiro de 1997.

A promulgação da referida Lei Federal trouxe importantes novidades para a gestão das águas no Brasil. Dentre elas destacamos a atribuição de valor econômico à água e o estabelecimento dos “comitês de bacia”<sup>5</sup>, responsáveis pelo caráter participativo na tomada de decisões a respeito da sua gestão, no âmbito das bacias hidrográficas, como órgãos colegiados compostos de representantes do governo, da população e dos usuários da água.

Essa Lei, em suas diretrizes gerais, prevê a articulação da gestão das águas com a do uso do uso e com a gestão ambiental, de forma que a legislação ambiental pode dar suporte e legitimidade às ações pensadas para o espaço rural. Um exemplo concreto desta articulação é o Projeto Piava – “Construção de uma política sustentável de proteção de nascentes e matas ciliares na Bacia do Itajaí”, executado entre 2005 e 2007, iniciativa do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Itajaí – no qual todos os aspectos da legislação ambiental são considerados, conferindo importância e legitimidade às ações previstas e implementadas (veja-se Bohn, 2005).

O Comitê da Bacia do Itajaí (SC) foi criado vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, nos termos da Lei Estadual 9.748/94 e do Decreto 2.109/97, de 05 de agosto de 1997, sendo oficialmente instalado em 12 de março de 1998, em Blumenau, quando ocorreu a primeira eleição para a sua Diretoria (conf. BOHN, 2003). Ou seja, foi constituído antes mesmo da promulgação da Lei Federal supracitada<sup>6</sup> e sua origem esteve fundamentalmente relacionada à possibilidade de constituir um mecanismo regional para o controle das enchentes que historicamente afetam a região.

---

<sup>5</sup> Sobre o tema da participação na gestão das águas veja-se, entre outros, Uller-Gómez (2006), Machado & Cardoso (2000), Cardoso (2003), Valencio & Martins (2004), Guivant & Jacobi (2003), Caubet (2004).

<sup>6</sup> Alguns estados brasileiros, entre eles Santa Catarina, se anteciparam à Legislação Federal criando sua própria Política de Recursos Hídricos.

O espaço rural e a relação dos agricultores com o meio ambiente, em seus estabelecimentos rurais, estiveram presentes de forma importante nas discussões que emergiram no processo de gestão das águas na Bacia do Itajaí, através de duas ênfases distintas e complementares: até 2001, antes da constituição do Comitê, destacou-se sua importância no controle das enchentes; após esta data, além desse aspecto, começa-se a focar a questão da qualidade da água nas pequenas bacias rurais (ULLER-GÓMEZ, 2006). Além do Projeto Piava, o Comitê do Itajaí lançou mão de estratégias como o “Programa de Recuperação da Mata Ciliar” e a tentativa de articulação com a Promotoria Pública para o estabelecimento de “Termos de Ajustamento de Conduta”<sup>7</sup>, diretamente relacionadas ao espaço rural.

Por outro lado, torna-se importante salientar que a agricultura familiar representa na Bacia do Itajaí mais de 85% dos estabelecimentos agropecuários, num total de 28.428 (IBGE, 2004a). Do mesmo modo, no Brasil, segundo o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2003, a agricultura familiar correspondia a idêntico percentual dos estabelecimentos agropecuários, totalizando mais de 4 milhões de famílias. Na mesma época, era responsável pela produção de: 89% do leite; 73% da carne suína; 65% das aves e ovos; 85% do feijão; 95% da mandioca; 84% do milho; 54% da soja; e 51% do trigo<sup>8</sup>.

O texto da Lei Federal 9.433/97, a rigor, não faz menção explícita à agricultura. Contudo, a maioria dos trabalhos acadêmicos que trata da gestão das águas aborda a agricultura como potencial usuária de água, sujeita, portanto, à outorga dos direitos de uso da água e à eventual cobrança pelo seu uso<sup>9</sup>. Alguns deles manifestam, também, a preocupação com as dificuldades de se incluir na

---

<sup>7</sup> Veja-se, respectivamente, Frank et al (2001) e Frank & Schult (2001: p.97).

<sup>8</sup> Conforme [www.nead.org.br/boletim/boletim.php?boletim=194&noticia=686](http://www.nead.org.br/boletim/boletim.php?boletim=194&noticia=686), acessado em 19.07.2003. Da mesma forma, dados fornecidos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), baseados no Censo Agropecuário 1995/1996, indicam que, à época, existiam no Brasil 4.139.369 estabelecimentos agropecuários familiares (dados disponíveis em <http://200.252.80.30/sade/EstabAreaVBPFAM.asp>, acessado em 22.09.2006.), nos quais estavam ocupadas mais de 13 milhões de pessoas (dados disponíveis em <http://200.252.80.30/sade/PessoalOcupadoFAM.asp>, acessado em 22.09.2006).

<sup>9</sup> Veja-se, por exemplo, Granziera (2001), Liberato (2004).

política proposta pela nova Lei o controle da poluição agrícola não-pontual<sup>10</sup>, devido às dificuldades técnicas de sua mensuração<sup>11</sup>.

No entanto, a partir da articulação da gestão das águas com a do uso do solo e com a gestão ambiental, surgem potenciais implicações para os agricultores em sua especificidade sociocultural, que vão além das possibilidades de outorga dos direitos de uso da água ou da cobrança pelo seu uso.

A discussão de Valencio & Martins (2004: p.61) sobre as possibilidades de participação dos pescadores artesanais profissionais no Conselho Nacional de Recursos Hídricos ilustra as dificuldades e a importância de consideração, na gestão das águas, dos diferentes modos de vida que permeiam as atividades econômicas a eles relacionados:

Qual é o espaço de representação política da pesca profissional artesanal de água doce? Aparece, a pesca profissional, sem distinção entre as formas artesanal ou empresarial, com direito de partilhar a mesma cadeira que a aqüicultura, a pesca amadora e o lazer. Assim coloca-se 'no mesmo saco' (ou cadeira, de forma alternada), trabalhadores autônomos do território das águas, ao lado do empresariado da pesca e cultivo de peixes e da classe média que forma os turistas, com suas pescarias de lazer e seus estabelecimentos de descanso. Mas com representação distinta e permanente, estão outros usuários, como os irrigantes, as concessionárias hidroelétricas, o setor de saneamento. (VALENCIO & MARTINS, 2004: p.61)

A contribuição de Trentini (2004), por sua vez, vem especificamente ao encontro da problemática aqui apresentada, quando discute que o fracasso da política brasileira de proteção ambiental, no âmbito da pequena agricultura, deve-se ao fato de não terem sido considerados os problemas enfrentados pelos agricultores para garantir sua segurança alimentar e satisfazer suas necessidades econômicas.

Tanto quanto essas necessidades concretas, entendemos que para uma adequada consideração dos modos de vida dos agricultores nas estratégias de conservação ambiental, bem como para a elaboração de estratégias que visem a proporcionar sua participação plena<sup>12</sup> na gestão das águas, é imperioso

---

<sup>10</sup> Martini & Lanna (2003: p.111) usam os termos "poluição não pontual ou difusa" para definir aquela poluição proveniente de diversas fontes distribuídas espacialmente.

<sup>11</sup> Veja-se, por exemplo, Guivant & Jacobi (2002), Martini & Lanna (2003).

<sup>12</sup> Nos termos de Pateman (1992), corresponde a situações em que não existam dois lados com poderes desiguais de decisão, "mas um grupo de indivíduos iguais que têm de tomar suas próprias decisões a respeito da atribuição das tarefas e execução do trabalho" (op.cit.: p.98). A autora salienta

compreender, a partir de seus próprios pontos de vista, os aspectos simbólicos que permeiam a importância das áreas cuja proteção é mais frequentemente requerida – as áreas de preservação permanente.

É com base nestes pressupostos que temos como objetivo, neste trabalho, analisar as representações sociais<sup>13</sup> dos agricultores familiares que *não são* considerados usuários significativos da água na Bacia do Itajaí, a respeito do significado das áreas marginais aos cursos d'água e do plantio de espécies florestais exóticas, para o modo de vida desses agricultores, e para o propósito de conservação ambiental.

Para dar conta do objetivo proposto, apresentaremos, em primeiro lugar, a fundamentação teórica e as estratégias metodológicas que nortearam tanto a busca de fontes secundárias de pesquisa, quanto o encaminhamento da investigação empírica. Em segundo lugar, será feita uma breve descrição do contexto da investigação, de modo especial da agricultura familiar na Bacia do Itajaí e no município de Botuverá, escolhido como o lócus para a pesquisa de campo, de acordo com critérios que serão indicados mais adiante. Por último, serão apresentados os conteúdos e analisados os significados das representações sociais contidas nas entrevistas, voltadas para os aspectos acima referidos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A grande maioria dos estabelecimentos rurais de Botuverá enquadra-se no que Wanderley (2001) definiu como “agricultura familiar”: aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Essa agricultura é resultado de um processo de colonização com imigrantes alemães e italianos, no final do século XIX, de forma que a maioria dos agricultores descendem desses imigrantes e se autodenominam “colonos”.

Seyferth (1993: p.38-48) afirma que a categoria “colono”, para os agricultores do Vale do Itajaí, expressa uma identidade social que tem duplo significado: indica,

---

que num processo desse tipo “cada membro isolado de um corpo deliberativo tem igual poder de determinar o resultado final das decisões” (op.cit.: p.98).

<sup>13</sup> Usamos o conceito de representações sociais conforme apresentado por Minayo (2008, p. 219): “categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”.

em algum grau, uma condição camponesa; ao mesmo tempo possui um conteúdo étnico irredutível segundo o qual a capacidade de trabalho, vinculada à origem européia, é considerada inata, e os diferencia dos brasileiros denominados caboclos a quem é atribuída a preguiça. São citados como elementos de categorização: o trabalho familiar, a posse da terra em quantidade suficiente para permitir o cultivo, a produção voltada em primeiro lugar para o consumo doméstico (privilegiando-se assim a policultura com criação de animais), a participação nas atividades comunitárias, etc., características apontadas pela autora (e também mencionadas por Wanderley, 2001) como comuns ao campesinato tradicional.

Especificamente em relação ao termo “colono” como categoria social, Seyferth (1993: p.41) destaca os seguintes elementos de distinção: a dedicação à terra, o trabalho árduo, a produção de alimentos, o enraizamento (em oposição à mobilidade atribuída aos caboclos), a liberdade como valor e a propriedade da terra. A mesma autora esclarece que, em sua pesquisa, o termo caboclo é sinônimo de brasileiro descendente de luso (português), referindo-se, mais precisamente, à população dedicada à pesca e à agricultura, localizada na área litorânea, descendente de açorianos, ou, mais amplamente, qualquer estrangeiro de origem lusa. Contudo, em outras regiões do estado, como no Oeste Catarinense, o termo “caboclo” é utilizado para designar a mestiçagem, próxima ou remota, de índios e brancos.

Seyferth (1993) esclarece que o termo “colono” foi atribuído aos imigrantes pelas leis e regulamentos que nortearam a política de colonização no século XIX e, desde então, passou a ser assumido pelos indivíduos que eram por ele classificados como uma identidade social ligada à imigração. A partir de 1930, porém – quando o contato dos imigrantes com os brasileiros, que vinham à região atraídos pelo mercado de trabalho gerado pela industrialização, começou a ser mais intenso – a apropriação do termo como uma categoria étnica foi reforçada devido a fatores como a concorrência com os colonos proletarizados por emprego nas indústrias têxteis e a coincidência da época de contato interétnico com a campanha do governo federal pela nacionalização que determinou, entre outras coisas, o fechamento de escolas teuto-brasileiras e a obrigatoriedade da língua portuguesa.

Além dessas duas autoras, para compreender o significado das áreas de preservação permanente para os agricultores familiares apoiamo-nos em Woortmann (1990). Este autor sugere a utilização do conceito de “campesinidade”

como uma qualidade comum a diferentes lugares e tempos e que está presente de forma mais ou menos intensa em distintos grupos específicos de agricultores familiares. A campesinidade implicaria, para o grupo que a possuísse, uma maneira especial de pensar a terra, o trabalho e a família: (...) “o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais do que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família” (op.cit.: p.43). Deste modo, a “terra” nunca é pensada isoladamente do “trabalho” e da “família”, sendo essas três categorias nucleantes no discurso camponês e articuladas a valores e princípios organizatórios centrais como a honra e a hierarquia.

Levamos em conta ainda, um outro importante trabalho realizado por Giralda Seyferth sobre a agricultura no Vale do Itajaí Mirim em que trata do significado da categoria “colono” numa condição de escassez de terras e de exercício de atividades não-agrícolas (SEYFERTH, 1984).

Nele a autora afirma que, no local estudado (Guabiruba, também no Vale do Itajaí-mirim), em decorrência da dificuldade de os colonos comprarem terras para permitir que *todos* os filhos continuem sendo colonos, pode acontecer a partilha da propriedade entre todos os filhos e, como conseqüência, a impossibilidade de *todos* viverem do trabalho agrícola. Outra possibilidade é a de um ou dois herdarem a propriedade e os demais terem que deixar o campo ou nele permanecem como “colonos-operários” – categoria-analítica usada pela autora em substituição ao termo *worker-peasant* usado por Franklin (1969) *apud* Seyferth (1984) para referir-se aos camponeses que têm emprego regular fora da agricultura.

Seyferth (1984) apresenta dados sobre o tamanho das propriedades mostrando que houve uma minifundização no município, e que na mesma época em que começou a se delinear a escassez de terras, a indústria têxtil no município vizinho de Brusque começou a crescer e precisar de mão-de-obra. Daí decorreu que muitos colonos com pouca terra e com certa proximidade das fábricas passassem a ser *também* trabalhadores assalariados.

A autora argumenta, ainda, que características do campesinato continuavam sendo importantes para as famílias de colonos-operários e já em trabalho anterior (SEYFERTH, 1974) realizado no Vale do Itajaí-mirim, demonstra que o trabalho assalariado temporário (ou não) sempre foi uma fonte de renda importante da família camponesa. Dentre aquelas características menciona, em primeiro lugar, a “terra”,



sem a qual, argumentam os colonos, não seria possível viver em padrões satisfatórios e a qual permite a agricultura em tempo parcial, garantia em caso de desemprego (SEYFERTH, 1984: p.82). Outra seria a “autoridade paterna”, sendo também a família do colono-operário, nas palavras da autora, “um grupo de produção que trabalha para um fundo comum, cujo ponto de referência é a propriedade familiar” (op.cit.: p.84). A autora argumenta que a condição de colono-operário é tida como uma estratégia de sobrevivência, como a única maneira de permanecer no campo, de não precisar migrar ou até de permanecer colono (op.cit.: p.85). Afirma que os colonos-operários continuam pertencendo à comunidade rural, embora tenham relações no meio urbano devido ao contato com os outros operários ou tenham hábitos de consumo ou comportamentos que não são próprios do colono tradicional. Entende-se que o colono enxerga esta categoria (“colono”) como privilegiada, mesmo que seja grande a importância do salário da fábrica na renda familiar – seja porque a condição de colono possibilita o fornecimento de grande parte da alimentação, seja explicado pelo apego à tradição. O trabalho na fábrica é considerado, com raras exceções, como temporário (embora, na maioria das vezes, alerta a autora, apenas no plano das representações).

Pelo que pudemos apreender do texto da autora, mesmo os jovens que procuram trabalho não-agrícola, o fazem por perceber a atividade agrícola “sem muito futuro” e não por gosto. A condição de colono-operário permite manter o próprio sistema econômico camponês ali estabelecido desde o século XIX, com o salário substituindo a renda obtida com a comercialização de produtos agrícolas (op.cit.: p.90). De acordo com Seyferth, pode-se notar que permanecem, então, valorizadas outras categorias tradicionais do campesinato tais como: a “comida”. Ou seja, produzir comida é considerado mais importante do que produzir tecidos e garante a sobrevivência do colono. Também permanece valorizada a “liberdade” em relação às atividades econômicas: o colono não tem patrão em oposição à condição de assalariado na fábrica.

Com base nestes valores, as pessoas que vivem no meio rural e têm um pedaço de terra, mas já não se dedicam à agricultura, são mal avaliadas. Da mesma forma são avaliados os jovens que começam a trabalhar na fábrica e deixam de ajudar nas tarefas agrícolas.

Também permanece a condição de colono como idealização do passado, quando se relembra o tempo em que a comercialização e o transporte eram difíceis,

mas as famílias podiam viver apenas da colônia. Do mesmo modo, quando se relembra a antiga falta de implementos que facilitariam a lida no campo, tornando o “trabalho duro”.

Mas o trabalho duro faz parte da concepção do colono, da mesma forma que a produção para o consumo vem em primeiro lugar. O colono produz primeiro para o consumo doméstico, depois pensa no comércio. (SEYFERTH, 1984: p.93)

A lembrança do passado também faz reclamar da atual falta de “solidariedade” (outro elemento categorizador do camponês tradicional e do colono), tendo-se hoje que pagar por tarefas antes realizadas segundo regras de reciprocidade. Seyferth explica que a solidariedade existe, embora num contexto diferente da “troca de dia”. No caso de morte ou doença de um pai de família, parentes ou vizinhos devem ajudar nesse momento de crise. A solidariedade também diz respeito à ajuda na construção de uma casa e à troca de experiências sobre maneiras de cultivo, armazenamento etc.

Trabalho duro, solidariedade, liberdade – no âmbito da ideologia desse campesinato – são as características que identificam o colono. O fato de trabalhar na fábrica não transforma este colono em operário. A organização familiar, do trabalho, aquilo que se refere à unidade doméstica, são os mesmos: na fábrica e na roça, o trabalho, como a renda, são assuntos da família. (SEYFERTH, 1984: p.94)

Nestes termos, conclui a autora que, no plano ideológico, trabalhar na fábrica significa antes uma maneira de permanecer colono e ela discorda de esquemas teóricos voltados a uma continuidade camponesa tradicional, que excluiriam o colono-operário do âmbito do campesinato, considerando-o uma figura em transição de uma economia camponesa para uma capitalista. Existem, conforme Seyferth (1984: p.85), colonos-operários há mais de meio século, perfeitamente integrados ao meio rural. O modelo de economia familiar desenvolvido entre eles permitiu, sob muitos aspectos, a reprodução do campesinato nesta região, associado, porém, a outros fatores, como os arranjos seletivos em relação à herança da terra, que expulsam do campo, por exemplo, um ou mais membros de cada família camponesa.

Devemos destacar, a respeito das formas de herança da terra, que estudos mais recentes indicam que estas condições relatadas por Seyferth (op.cit.) parecem

ainda estar vigentes. De acordo com Paulilo (2004: p.234), “nas regiões de colonização italiana e alemã dos três estados do Sul do Brasil há um mesmo padrão a respeito da herança da terra. Embora esse padrão comporte variações, podemos dizer com segurança que são principalmente os filhos homens que a herdaram. O acesso das mulheres a esse bem se faz pelo casamento”. O trabalho de Paulilo (op.cit.), além de indicar as dificuldades das mulheres de acesso à terra, relata a desigualdade de gênero na vida das famílias rurais, de forma que prevalece a autoridade masculina no âmbito doméstico. Stropasolas (2004: p.255), por sua vez, ressalta que “a vigência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar é um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo”.

Enfim, um aspecto importante da agricultura familiar evidenciado nos trabalhos de Seyferth (1984, 1993) é a existência de unidades agrícolas em que nem todos os membros dedicam-se exclusivamente à agricultura. Em seus textos, como vimos, a autora usa o termo colono-operário para se referir aos agricultores que exercem atividades não-agrícolas, vinculados a unidades familiares de produção agrícola. Schneider (2003a: p.112) utiliza o termo “pluriatividade” para designar a conjunção de atividades agrícolas e não-agrícolas pelos membros de uma mesma unidade produtiva. Ou seja,

[...] um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003a: p.112)

Esse mesmo autor, em outro trabalho (SCHNEIDER, 2003b), empreendeu uma ampla revisão bibliográfica a respeito de como a prática de atividades não-agrícolas por agricultores familiares tem sido abordada pela literatura nacional e internacional. A seu ver, o fenômeno da pluriatividade *não* é, como defendem alguns analistas, resultado exclusivo de processos macroeconômicos que determinariam o desenvolvimento capitalista na agricultura. O autor afirma que ao se considerar apenas os condicionantes macroeconômicos, a existência da pluriatividade seria decorrência da busca de “empregos de refúgio” diante da queda dos preços das principais *commodities*. Ou decorreria das características excludentes da modernização técnico-produtiva da agricultura, em que a pluriatividade representaria

R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.6, n.1, p. 179-217, jan./jul. 2009

apenas uma chance de sobrevivência para produtores sem acesso à tecnologia, com terra insuficiente e crédito escasso, que seria abandonada assim que os agricultores conseguissem consolidar seus sistemas produtivos, voltando-se novamente apenas à produção agropecuária (op.cit.:232-233).

Essas perspectivas analíticas descartam, como ressalta Schneider (2003b: p.233), a importância de aspectos como a descentralização industrial, a flexibilização dos mercados de trabalho e as novas formas de organização da produção e do consumo. “Mais do que isso, não reconhecem a capacidade de interação das próprias famílias e dos indivíduos com as estruturas sociais e as instituições econômicas em que estão inseridos” (op.cit.: p.233).

Assim, o autor nos chama a atenção para o fato de, que ao se creditar a causa da pluriatividade exclusivamente aos aspectos macroeconômicos, desconsidera-se a possibilidade de que os agricultores familiares optem por estratégias que lhes proporcionem desde empregos com melhores rendimentos, até ocupações que sejam menos penosas ou que indiquem a segurança de uma aposentadoria no futuro. Em outras palavras, o autor ressalta que os agricultores devem ser considerados como sujeitos ativos diante das circunstâncias econômicas em que vivem. Procurou, também, “demonstrar (...) como a pluriatividade traduz-se em iniciativas diferenciadas às quais recorrem as famílias de agricultores em diferentes momentos de seu ciclo demográfico” (op.cit.: p.233).

O autor enfatiza ainda que as condições de emergência da pluriatividade estão estreitamente relacionadas à dinâmica das economias locais, sobretudo às características do mercado de trabalho das atividades não-agrícolas existentes em um determinado território. Assim, reconhece a importância de fatores socioeconômicos locais, mais do que os macroeconômicos, como a existência de indústrias que se deslocam para os espaços rurais em busca de mão-de-obra mais barata e que represente menor potencial de organização em agremiações sindicais. Insiste que não deve ser enfocada a pluriatividade em si, ou a emergência de ocupações e rendas não-agrícolas no espaço rural de modo genérico, mas sim as relações da pluriatividade com a agricultura familiar (op.cit.: p.234). Desse modo, o autor apresenta a pluriatividade como uma “estratégia deliberada de indivíduos e famílias que buscam viabilizar formas de garantir sua reprodução social” (op.cit.: p.233).

Interessa-nos resgatar também alguns aspectos do trabalho empírico de Schneider (2003b), que tem a ver com a relação das famílias pluriativas com os “recursos naturais”. Cumpre-nos antes esclarecer que o autor realizou estudos de caso em duas localidades cujos habitantes têm ascendência alemã, uma delas denominada Padre Eterno Ilges, no município de Santa Maria do Herval (RS), e outra denominada Braço do Sul, localizada no Distrito de Vila Itoupava, município de Blumenau (Médio Vale do Itajaí - SC). No caso gaúcho, as atividades não-agrícolas são encontradas, sobretudo, na indústria calçadista. No caso catarinense, na indústria têxtil.

O primeiro aspecto se refere à importância que o uso da terra continua representando para os agricultores pluritativos, sobretudo em relação à produção para autoconsumo<sup>14</sup>. Schneider (2003b: p.206) demonstra que os agricultores pluriativos adquiriram bens de consumo duráveis (sobretudo eletrodomésticos e veículos) porque comprometem pequena parte de seu orçamento com moradia, alimentação, transporte e vestuário. Dessa forma, o autor verifica que a unidade agrícola cumpre o papel de rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho, já que a grande maioria não paga em dinheiro os alimentos que são produzidos na propriedade por seus familiares, mas ajuda na execução de tarefas dentro da propriedade (op.cit.: p.220). Poderíamos dizer que é a possibilidade de uso da terra, num arranjo intrafamiliar, que permite a alguns membros buscar fontes de renda não-agrícolas que possibilitam o acesso a bens de consumo desejados.

Assim como Seyferth (1984), Schneider (2003b) também aponta, portanto, a importância do autoconsumo para as famílias pluriativas. Apesar de o autor não ter se expressado nestes termos, pode-se entender que a atividade não-agrícola substitui a renda obtida com o cultivo comercial e não diminui a importância das terras para a produção de alimentos para autoconsumo – a qual, por outro lado, é o que possibilita, em grande medida, a saída para trabalhar na fábrica. Este fato é reforçado pelos dados trazidos pelo autor no que diz respeito à proporção de terras destinadas às lavouras temporárias e às matas nativas (virgens e secundárias) (SCHNEIDER, 2003b: p.188).

---

<sup>14</sup> Ainda que não se situe na Bacia do Itajaí e tenha importantes diferenças étnicas em relação à população sob análise em nosso trabalho, vale aqui considerar o estudo feito por Cazella (2003) no município de São José do Cerrito, na região serrana de Santa Catarina, com população predominantemente cabocla, em que registra a importância da agricultura para a segurança alimentar das famílias rurais e para a inclusão social de famílias que, fora da comunidade, encontrariam sérias dificuldades para sua reprodução social.

Em Padre Eterno Ilges (RS), a percentagem média das terras destinadas às matas nativas, tanto para as famílias pluriativas como para aquelas que o autor denomina “famílias de agricultores” (monoativas, ou seja, que exercem apenas atividades agrícolas), distribui-se de maneira semelhante. As *matas nativas virgens* ocupam em média 5% da área total do estabelecimento rural de família pluriativas e, em média, 10% da área total dos estabelecimento das famílias monoativas. Já as *matas nativas secundárias* ocupam, em média, 21% no primeiro caso (pluriativas) e 26%, no segundo caso (monoativas)<sup>15</sup>.

Quanto às *lavouras temporárias*, na mesma localidade, a percentagem média destinada a esse tipo de cultivo, tanto entre as famílias pluriativas quanto entre as monoativas, aproxima-se de 20%.

Em Braço do Sul (Vale do Itajaí, SC), a percentagem média das terras destinadas às *matas nativas virgens* é de 15% para as famílias pluriativas e de 13% para as monoativas. Quanto às *matas nativas secundárias*, gira em torno de 47% tanto para as pluriativas quanto para as monoativas.

Quanto às *lavouras temporárias*, em Braço do Sul, a percentagem média destinada a este tipo de cultivo aproxima-se de 9%, tanto para as famílias pluriativas como para as monoativas.

Podemos verificar que, respeitadas as diferenças entre as localidades, a área destinada aos diferentes cultivos é muito semelhante entre famílias pluri e monoativas. Estes dados não devem ser tomados para outras especulações, pois para demais análises deveríamos ser capazes de levar em conta outras características das famílias (pluri e monoativas) que influenciam a decisão do uso a ser dado às terras, por exemplo, o número e a idade dos membros pertencentes a cada uma delas. O autor (op.cit.: p.179-180) ressalta que, em geral, as famílias pluriativas eram mais numerosas, enquanto as monoativas eram constituídas apenas pelos cônjuges, o que traz implicações sobre as possibilidades de uso de mão-de-obra, e conseqüentemente, para os tipos de cultivos priorizados.

Por outro lado, estes dados mostram que a ocorrência da pluriatividade pode influenciar no uso do solo sem eliminar a dependência da família pluriativa em

---

<sup>15</sup> Estes dados percentuais não podem ser somados porque, segundo esclarece o autor (SCHNEIDER, 2003: p.288-189), “referem-se a uma proporção média do uso da superfície das propriedades, que é resultante da quantidade total de área ocupada com determinada cultura dividida pelo número de unidades em que é praticada”. De modo que cada resultado percentual por ele apresentado *não* pode ser considerado parcela de uma operação aritmética cujo total representaria 100% das formas de uso da terra.

relação à terra. O autor, inclusive, traz dados que demonstram que, entre as famílias pluaritivas, é maior o percentual de arrendamento de terras de outros para sua utilização do que entre as monoativas (op.cit.: p.187).

Além disso, um segundo aspecto a ser considerado do trabalho de Schneider, é que estes dados nos remetem a outra questão intrinsecamente relacionada às possibilidades de uso do solo (ou da “terra”) que faz com que os agricultores familiares recorram a atividades não-agrícolas. Agora não mais devido à impossibilidade de divisão da propriedade em que apenas um dos filhos deveria herdar a unidade produtiva para que esta permanecesse viável, como demonstrou Seyferth (1984), mas devido à impossibilidade de uso da terra devido às restrições impostas pela legislação ambiental.

Especialmente na localidade catarinense de Braço do Sul (Blumenau) onde quase 50% da área dos estabelecimentos é ocupada por matas nativas, Schneider surpreendeu-se com as razões apontadas pelas famílias que procuraram rendas não-agrícolas:

Em Braço do Sul, 33,3% do total das famílias que são pluriativas disseram que as rendas baixas constituem-se na principal para o abandono da agricultura, proporção apenas superada por 41,6% do total de famílias que, inesperadamente, indicaram serem as restrições legais para o desmatamento o principal entrave que justifica o pouco interesse dos jovens na agricultura. (SCHNEIDER, 2003b: p.225).

Outro aspecto a ser considerado do trabalho deste autor diz respeito à administração das rendas não-agrícolas, fato que tangencia uma das categorias do campesinato tradicional identificadas por Seyferth (1984), que permanecia entre os colonos-operários: a autoridade paterna. Diferentemente de Seyferth (1984), Schneider (2003b) encontrou que na maioria dos casos (81,3% na localidade de Braço do Sul, em Blumenau, e 53,8% em Padre Eterno Ilges, RS) a renda não-agrícola obtida pelos filhos é por eles mesmos administrada. Ou seja, não a entregam diretamente à responsabilidade paterna. No entanto, embora a maioria não realize “nenhum tipo de repasse aos patriarcas”, como diz Schneider (2003b: p.221), os pluriativos fornecem algum tipo de “ajuda financeira” com a aquisição de gêneros alimentícios, pagamentos de taxas ou impostos etc. Assim, o autor conclui que “as famílias que são pluriativas (...) continuam a operar em sua lógica familiar de reprodução social, pois os membros que buscam trabalhos não-agrícolas continuam

a residir no domicílio dos pais, contribuem nas tarefas da propriedade e, não raramente, aportam recursos financeiros para as despesas do estabelecimento agropecuário” (SCHNEIDER, 2003: p.237).

A partir da contribuição desses autores temos indicações para apreender a importância das áreas de preservação permanente sempre em relação à categoria “terra”: por um lado, fazendo parte de uma necessidade concreta (ou se poderia dizer, decorrente da razão prática<sup>16</sup>); por outro, como parte de um contexto cultural, em que o cultivo da “terra” possibilita a produção do próprio alimento (“comida”) – exigência simbólica à condição de camponês ou colono. Mais do que isso, o produto da “terra” alimenta também os membros da família que quase já não se dedicam às atividades agrícolas.

Com base neste referencial teórico, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos:

- Levantamento de dados quantitativos (fundiários, populacionais, uso da terra) junto aos órgãos oficiais (IBGE<sup>17</sup>, Instituto CEPA/SC<sup>18</sup>);
- Aprimoramento de dados quantitativos e percepção de particularidades locais junto ao órgão oficial de extensão rural presente no município (EPAGRI<sup>19</sup>) e à Secretaria Municipal da Agricultura;
- Coleta de dados na Unidade Municipal de Saúde, sobretudo a respeito da ocupação dos diversos membros da família rural;
- Entrevista com o Secretário Municipal da Agricultura e com um técnico da extensão rural.
- Entrevistas com 32 famílias rurais.

Cumpramos esclarecer que a amostragem das famílias a serem entrevistadas decorreu do trabalho exploratório, realizado no período de julho de 2003 a fevereiro de 2004, que consistiu em incursões a diversos municípios da Bacia do Itajaí e,

<sup>16</sup> Usamos a noção de *razão prática* de acordo com o sentido dado por Sahlins (1979): a lógica objetiva da superioridade prática; a lógica utilitária segundo a qual o ser humano age pensando nos fins que serão proporcionados por aquela ação – a lógica do interesse. Se todas as ações humanas forem descritas a partir deste tipo de lógica, se todas as ações forem descritas em função de um sentido prático, a cultura estará sendo entendida como um sistema instrumental utilizado para atender às necessidades materiais (orgânicas e econômicas). Como seu complemento estaria a *razão simbólica*: seria a lógica significativa; a lógica segundo a qual os significados das ações são arbitrários em relação à situação material; a lógica segundo a qual o ser humano age, em maior ou menor grau, de acordo com um sistema de regras e significados pré-existentes ao seu nascimento – o sistema cultural.

<sup>17</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>18</sup> Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

<sup>19</sup> Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.



sobretudo, ao interior do município de Botuverá para uma primeira aproximação com a realidade, em que realizamos conversas e entrevistas com agricultores, além da consulta aos dados do Cadastro do Programa de Saúde da Família da Unidade de Saúde do Município.

Por meio desse trabalho exploratório pudemos constatar a cultura do fumo como cultivo principal para a maioria das famílias em que se pratica a agricultura (informações não sistemáticas) e a grande diversidade de atividades não-agrícolas (informações sistemáticas) desenvolvidas por um ou mais membros da família. Seyferth (1984, 1993) ressalta a importância do trabalho não-agrícola para as famílias de agricultores do Vale do Itajaí e sugere (op.cit.:1984) que o exercício das mesmas seja analisado a partir da unidade camponesa tradicional, e não a partir da ocupação à qual é dedicado mais tempo. Por isso, o estabelecimento rural foi a unidade adotada para esta pesquisa.

Os principais critérios de amostragem foram: presença ou não de atividades não-agrícolas entre os membros da família; qual(is) membro(s) permanecem responsável(is) pela atividade agrícola; fase de desenvolvimento do ciclo doméstico; principal cultivo comercial (entre a parcela da amostra que praticava agricultura para o mercado). Assim, a seleção das 32 (trinta e duas) famílias entrevistadas se deu na tentativa de abranger a diversidade de situações em que a atividade agrícola se insere na vida familiar, combinada ou não com atividades não-agrícolas, para consumo doméstico ou comercial.

### **3 DADOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO**

Segundo dados do IBGE (2004b), a população total da Bacia do Itajaí é de 1.186.215 habitantes, dos quais 83,70% são urbanos e 16,30% rurais. Ou seja, formalmente existiriam 193.328 pessoas habitando o espaço rural dessa Bacia.

Os estabelecimentos agropecuários na Bacia do Itajaí ocupam uma área de 758.299,70 ha (IBGE, 2004c). Desses estabelecimentos, 67% (23.112) têm menos de 20 ha; 26% (9.138) têm de 20 a menos de 50ha. Ou seja, 93% (32.250) dos estabelecimentos agropecuários são considerados de pequeno porte (menores de 50ha). Os estabelecimentos com área de 50 a menos de 100 ha (1.619)

correspondem a apenas 4,68% do total de estabelecimentos. Os estabelecimentos maiores de 100 ha (668) correspondem a apenas 1,9% do total.

Quanto à utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários da Bacia do Itajaí, a maior área é destinada ao cultivo de lavouras temporárias (18%), com destaque para o arroz, fumo, milho e cebola (IBGE, 2004e). Merece atenção também a área ocupada com matas e florestas nativas (28%) (IBGE, 2004f).

Em muitas famílias da Bacia do Itajaí a atividade agrícola está conjugada a atividades não-agrícolas, sendo que estas últimas, na maioria dos casos, representam a atividade considerada “principal”<sup>20</sup>. Este fato sugeriu que, para que pudéssemos adequadamente avaliar as concepções dos agricultores familiares desta Bacia, em relação à questão apresentada, deveríamos considerar em nossa amostra de agricultores a serem entrevistados também aqueles em cujas famílias a atividade agrícola é praticada concomitantemente as atividades não-agrícolas.

Nossa definição do município de Botuverá (SC), como o *locus* para realizar o trabalho de campo da pesquisa em pauta teve como critério, portanto, o fato de que a agricultura lá desenvolvida apresenta as características mais ou menos comuns à agricultura praticada em toda a Bacia do Itajaí. Ou seja, a mão-de-obra é preponderantemente familiar; os pequenos estabelecimentos rurais e as atividades agrícolas são conjugadas a atividades não-agrícolas, além da ascendência européia da maioria dos agricultores do município.

Este município está localizado no Médio Vale da sub-bacia Itajaí-Mirim, e faz divisa com os municípios de Guabiruba, Blumenau e Indaial ao norte; Nova Trento ao sul; Vidal Ramos e Presidente Nereu a oeste e Brusque a leste.

---

<sup>20</sup> Além de trabalhos como o de Mattei (2001) que trata do exercício de atividades não-agrícolas pela população rural de Santa Catarina, e os de Alves (2004), Seyferth (1993) e Abramoway (1998) que tratam da questão especificamente para a Bacia do Itajaí (SC), vale ainda destacar uma aparente incoerência que surge ao observarmos os dados fornecidos pelos Censos Demográfico 2000 e Agropecuário 1995-1996, ambos do IBGE. Segundo o Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2004b), na Bacia do Itajaí, durante a semana de referência para a pesquisa, de um total de 277.199 pessoas (com 10 anos ou mais) ocupadas, apenas 12.788 (4,6%) tinham na “agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca” a atividade do principal trabalho. Dados do Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 2004a), por sua vez, apontam que existiam 108.141 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários no Vale do Itajaí. Além disso, se existiam apenas 12.788 pessoas cujo trabalho principal era a agricultura, pode-se pensar que grande parte dos responsáveis pelos 28.428 estabelecimentos agropecuários cuja mão-de-obra é exclusivamente familiar se dedicam também a outras atividades geradoras de renda, além da agricultura.

Segundo o IBGE (2004a), possui uma área de 317,24 km<sup>2</sup>. dos quais apenas 2 km<sup>2</sup> correspondem à área urbana, e os demais 315,24 km<sup>2</sup> são considerados área rural.

Botuverá apresenta relevo acidentado e grande quantidade de cursos d'água que drenam a região. Tal fato faz com que as lavouras temporárias, principal atividade agrícola desenvolvida no município (IBGE, 2004b), e as pastagens, estejam localizadas às margens dos ribeirões, onde, por lei, deveria estar preservada a vegetação ciliar. Além disso, mais de 50% da área dos estabelecimentos agropecuários está coberta com remanescentes florestais em estágios médios e avançados de regeneração (IBGE, 2004b).

Em Botuverá, como em inúmeros outros municípios catarinenses, a principal cultura agrícola destinada ao mercado é o fumo que, em 1995, estava presente em 231 dos 268 estabelecimentos agropecuários do município, e ocupava 906 pessoas do total de 1.054 pessoas ocupadas nesses estabelecimentos (IBGE, 2004d).

Merece destaque o fato de que a maioria dos agricultores de Botuverá geralmente usa lenha de floresta nativa nas estufas, como combustível para fazer a secagem das folhas do fumo. Atualmente, existem demandas por parte dos órgãos ambientais para a recomposição da vegetação ciliar, mas também para que os produtores façam o plantio de espécies florestais exóticas para evitar o corte dos remanescentes florestais nativos.

#### **4 A UTILIZAÇÃO DAS MARGENS DOS CURSOS D'ÁGUA E O SEU SIGNIFICADO**

A partir das entrevistas e observações por nós realizadas constatamos que o uso das áreas ciliares é apreendido pelos colonos como parte do conjunto do estabelecimento, não podendo ser pensada de forma isolada. Assim, obedece às mesmas regras de significação que o restante do estabelecimento, pautadas, sobretudo no tripé de categorias nucleantes do discurso camponês – “terra-trabalho-família” ressaltado por Woortmann (1990). Da mesma forma, esse uso é sempre fundamentado pelo saber-fazer do agricultor.

Como o relevo no município de Botuverá é muito acidentado, apenas pequenas áreas dos estabelecimentos rurais podem ser “trabalhadas com o trator” – R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.6, n.1, p. 179-217, jan./jul. 2009

maneira como, em geral, os agricultores se referem às áreas mais planas que podem ser mecanizadas. Dificilmente essas áreas ultrapassam 3 hectares/estabelecimento. Considerando a área útil total disponível, mesmo acidentada, para lavouras e pastagens, a maioria das famílias entrevistadas (68% – 22 de 32) dispõe de menos de 20ha, porque a maior parte dos terrenos está coberta com mata nativa e não pode ser utilizada. Agrupando os estabelecimentos rurais visitados em estratos menores verificamos que 37,5% (12 de 32 famílias) das famílias dispõem de menos de 10ha sem mata nativa e que 31,25% têm de 10 a 20 hectares nestas condições. Apenas 3 estabelecimentos situam-se na faixa de 25-30 ha. Somente duas famílias têm acima de 50 ha, uma tendo 67 ha e a outra 80 ha, no entanto, esta última abriga três grupos domésticos que trabalham em conjunto. Os hectares de mata nativa destas propriedades geralmente não trazem renda, a não ser por meio da apicultura. Além da lenha retirada, geralmente com corte seletivo da mata, raramente a família utiliza algum produto da floresta, como madeira para uso no estabelecimento ou palmito (*Euterpe edulis*) para consumo da família.

Na maioria dos estabelecimentos rurais as áreas marginais aos cursos d'água são usadas para a produção destinada principalmente (mas não exclusivamente) para autoconsumo. São, em geral, áreas com pastagem<sup>21</sup> ou capineira<sup>22</sup> para alimentar o gado bovino. Na grande maioria das vezes, essas áreas recebem esses usos porque, em virtude da “terra pouca”, representam a maneira encontrada pelo agricultor de utilizar uma área que não seria utilizada para culturas anuais. Essas áreas fazem parte de um arranjo complexo feito pelo agricultor para retirar da área útil de seu estabelecimento o necessário para o mercado e o básico para o consumo no próprio estabelecimento.

Isto ocorre porque muitas vezes as margens dos cursos d'água são alagadas pelas enchentes que ocorrem na região. A implantação de outra cultura (como milho, feijão ou mesmo fumo) não pode ser feita sem o risco de se perder tudo o que foi plantado. Nessas situações, a pastagem, conforme nos foi referido, representa uma maneira de utilizar uma área “marginal” da propriedade. Em caso de enchente, o

---

<sup>21</sup> As pastagens são áreas cobertas com vegetação rasteira (nos estabelecimentos visitados, sobretudo, gramíneas) destinada a alimentar o gado que é criado solto.

<sup>22</sup> As capineiras são áreas do terreno também destinadas à alimentação do gado, porém não sob pastejo. Os agricultores cortam os vegetais, quase sempre capim-elefante ou cana-de-açúcar, e oferecem ao gado nos estábulos, de forma a suplementar a alimentação obtida com as pastagens. Para denominar o alimento obtido nessas áreas de capineira os agricultores usam a expressão “trato”.

pasto não se estraga. Encontramos essa situação principalmente nas famílias cujos terrenos são banhados pelo rio Itajaí-mirim, nas localidades de Águas Negras, Salto e Pedras Grandes. Todos esses agricultores foram categóricos em afirmar que o plantio de qualquer espécie arbórea na zona de alagamento desse rio não teria êxito devido, justamente, à força das águas durante as enchentes.

A recomposição da vegetação nativa acima da zona de alagamento desse rio atingiria, também, de forma ainda mais importante, a produção agrícola nos estabelecimentos rurais, em alguns casos absorvendo grande parte da única área mais plana disponível e as próprias edificações (casa, rancho, paiol).

Diante das pequenas quantidades de terra, a regeneração da mata nativa nos locais de pasto traz implicações concretas para o agricultor. Uma delas diz respeito à área em si que não poderia ser mais utilizada, como expressa um agricultor: – “Eu tenho pouca terra, se eu tirar o pasto de lá, me faz falta”. O pasto poderia ser colocado em outro local, mas a impossibilidade de retirar a cobertura vegetal nativa não deixa muitas alternativas ao agricultor. Colocá-lo em outro local sem desmatar inviabilizaria a obtenção de outros produtos. Ou seja, nas palavras de um dos entrevistados,

*Não tem outro jeito. Porque já tem o mato, não tem onde plantar mais árvores. Só se diminuir o fumo. (Agricultor (30 anos), localidade Areia Alta.)*

Por outro lado, é comum que a casa se situe perto do rio, assim o pasto também estará perto da casa. Desse modo, evita-se que a pessoa responsável pela ordenha (em geral, a mulher) se desloque grandes distâncias, em aclave, no início da manhã, a fim de trazer as vacas. Como afirma uma agricultora, se o pasto fosse colocado em outro local, “teria que subir o morro daí, né?”.

Em outras localidades com rios menores, muitas vezes as margens dos cursos d’água são utilizadas com capineira (trato). A capineira desempenha, para o agricultor, a função de proteger o terreno da erosão nas margens do rio. No entanto, além desse efeito, a capineira, assim como o pasto, é a maneira encontrada para dar utilidade àquela área.

*Eu preciso desse trato. Segura o rio firme e aproveito o trato. (...) A gente tem que se defender com o trato, né? Vou plantar onde? (Agricultor (50 anos), localidade Gabiroba.)*

A capineira, ao lado do rio, é ainda justificada pelo saber tradicional. A qualidade do alimento (“trato”) obtido ao lado do rio não seria a mesma se ele fosse plantado no morro que é único lugar que, geralmente, resta na propriedade – “Perto do rio é sempre um pouco mais úmido. O trato fica sempre mais preto. Plantar nos morros assim, fica amarelo”. Além disso, geralmente, estando ao lado do rio, assim como o pasto, o trato também está próximo da casa e dos estábulos onde é ofertado aos animais, facilitando o trabalho. De acordo com uma agricultora entrevistada: “Corto de manhã cedo para os animais”.

Deste modo, pasto e trato ao lado do rio desempenham funções estratégicas para as famílias que dispõem de pouca terra. Mesmo os agricultores que fizeram questão de ressaltar a importância da vegetação ciliar para a proteção dos cursos d’água, não tinham condições de deixar que a mata nativa se regenerasse ao longo de toda a distância que o curso d’água percorre em seu estabelecimento.

*Bem do lado do rio, encostado, é mata para proteger o rio (...) 10 metros. Vem esses dez metros aí, depois vem a uva. Sempre foi assim, isso aí a gente não mexe. (...) Eu tenho esse pedaço ali e outro pedaço eu tenho trato, não planto direto. Tenho trato pros animais, aí ela me protege ainda. É permanente, então, ela protege. (...) Eu tô aproveitando, só que como? Eu só tiro e não vou mexer nessa terra. (...) Porque eu quero aproveitar esse pedaço ali. Que a terra é pouca. (Agricultor (56 anos), localidade Porto Franco.)*

A necessidade de aproveitar o terreno ficou evidente em todas as falas dos agricultores. Muitos agricultores podiam sequer referir-se àquela área sem projetar-lhe uma utilidade. A mata ciliar como área de preservação intocada não encontra respaldo no âmbito das representações dos agricultores sobre aquele local do estabelecimento. De alguma maneira aquela área deve ter utilidade para a família.

*Já vieram incentivar para plantar um pouco [de árvores] ao lado do rio. Mas não pode cortar, é para deixar lá e não cortar. (...) Nós temos as palmeiras e as bananas perto do rio, só que é uma coisa que a gente corta. Não é para deixar. (Agricultora (55 anos), localidade Porto Franco.)*

Diante da idéia de ser remunerado ou indenizado pela área de margem de rio destinada à regeneração da mata nativa, os agricultores sempre hesitavam, considerando a necessidade de ter aquela área para a produção destinada ao consumo da família. Um deles explicitamente demonstrou que aquela área faz parte do patrimônio familiar – “Aí indeniza pros filhos também, o resto da vida?”.

Siminski (2002) em pesquisa junto aos agricultores familiares de São Pedro de Alcântara (SC) verificou que os remanescentes florestais nativos que antes eram pensados como integrantes do sistema produtivo a partir de sua utilização num sistema de roça de pousio, a partir da legislação ambiental restritiva, passam a ser considerados como um empecilho ao atendimento de suas necessidades.

Em nosso trabalho, a grande maioria dos agricultores destacou ainda outra importante implicação negativa de uma suposta mata ciliar nos seus estabelecimentos: a sombra. Segundo os agricultores, a sombra e as raízes de árvores altas inutilizariam mais uma parte do terreno, além da área de mata ciliar em si. Pasto e trato ao lado do rio, ao contrário, não prejudicam as culturas vizinhas.

Nos casos em que a mata ciliar viesse a ficar situada de modo a “esconder a casa”, os agricultores recorreram à concepção de “capricho”, de “cuidado” com a terra, já referida por Seyferth (1993) – qualidade que distingue o bom colono daquele que deixa a capoeira crescer nas roças – para demonstrar sua insatisfação em ter que “ficar escondido no meio do mato”.

*Tem rio por tudo quanto é lado, nós vamos ficar escondidos no meio do mato. (...) Fica feio, né. A casa, o terreno... (...) **Para ficar bonito tem que ser aberto, tudo bem limpo.** Se não se deixa perder. Tem um monte de casas... Aqui em casa é mais ou menos, mas tem casa aí que tem capoeira até na frente de casa. **Deixar vir capoeira fica feio...** Não sei... não precisa de morar no meio dos matos assim. Eu acho que não vou me acostumar de morar no meio dos matos assim. (...) **Se tem mato... mas com capim debaixo, pasto debaixo cuidado, daí sim.** (Agricultora (58 anos) e filho (29 anos), localidade Vargem Grande.)*

Assim, é no interior dessa mistura de simbolismo e pragmatismo que envolve o uso da terra, de necessidades simbólicas e práticas relacionadas com a sua reprodução social, que os agricultores familiares usam as áreas de preservação permanente, porque essas áreas fazem parte da “terra da família”. O agricultor relaciona implicações concretas, como a necessidade do pasto ou do “trato” diante de pouca terra (e terra próxima à residência), com categorias do camponês quando se refere à terra como patrimônio do família e a concepções específicas do “colono”, quando se refere à necessidade de deixar “limpo”.

*Porque ali já foi, desde o meu falecido pai, plantado assim limpo na frente do terreno. Então, eu não posso deixar vir mato porque senão fica feio. (Agricultor (45 anos), localidade Pedras Grandes.)*

Da mesma forma, quando a utilização da propriedade não é mais visualizada no âmbito das categorias camponesas, quando as relações pragmáticas vão sendo separadas das relações simbólicas, quando o uso da terra vai se tornando possível fora da lógica camponesa e o auto-consumo requerendo pouca quantidade de terra, a intenção de recompor as matas ciliares não sofre tantas restrições. Referimo-nos a três famílias em que o cultivo da terra para auto-consumo era bastante reduzido em relação à quantidade de terra possuída, mas por outro lado, era crescente o plantio de eucalipto.

O trabalho de Rocha (2001), realizado com agricultores do nordeste do país, vem ao encontro dos dados encontrados por nós. Essa autora constatou que as áreas ciliares em comunidades rurais do Maranhão, em condições de extrema pobreza, permaneciam preservadas, contrariando a correlação entre pobreza e degradação ambiental, tão amplamente difundida. O uso conservacionista dessas áreas acontecia ancorado no saber tradicional sobre o manejo das espécies florestais e na necessidade concreta de utilização das áreas ribeirinhas para a segurança alimentar e para a obtenção de renda a partir da venda de alguns produtos. A mesma autora adverte, no entanto, que mudanças no mercado local estão influenciando a tomada de decisão dos agricultores a respeito dessas áreas, verificando-se uma tendência de privilegiar apenas poucas espécies comprometendo a segurança alimentar e as funções ecológicas dessas áreas.

## **5 EUCALIPTO E CAMPESINIDADE**

Paralelamente à questão tratada no item anterior, procuraremos, a seguir, entender o significado e o alcance, para os agricultores familiares, e em termos ambientais, da orientação dos órgãos ambientais quanto ao plantio de espécies exóticas para suprir as necessidades de lenha nas estufas do fumo – principal cultivo comercial no município de Botuverá (SC). Essa orientação advém do entendimento, por parte dos órgãos ambientais, de que ao se plantar uma espécie exótica para obtenção de lenha, se impediria o corte dos remanescentes de floresta nativa<sup>23</sup>. Como veremos, o plantio (ou não) dessas florestas energéticas, também

---

<sup>23</sup> Como exemplo dessas iniciativas, encontramos registros em atas do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, a respeito de um Termo de Ajustamento de Conduta promovido pelo Ministério Público Estadual em que a AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) deveria se R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.6, n.1, p. 179-217, jan./jul. 2009



está intimamente relacionado às condições práticas e aos valores prezados pelos agricultores. Dessa forma, a discussão apresentada vai além de nossa preocupação inicial. A pesquisa em campo, trouxe-nos dados que nos fizeram questionar a eficiência, em termos de preservação ambiental, da legislação que restringe totalmente o uso das áreas de mata nativa. Assim, discutimos dados que sugerem que estimular a permanência dos agricultores familiares na condição de “colonos” pode convergir com os interesses conservacionistas, tão em voga atualmente.

Nesta perspectiva, destacamos o que Haygerth & Dickie (2004: p.128) concluem sobre famílias rurais que estão praticando agroecologia:

[...] o agricultor se vê como tendo um controle maior e mais completo do ciclo produtivo de sua terra. O valor tradicional da “autonomia” (...) é resgatado através desta possibilidade que a agroecologia fornece para a autodeterminação do agricultor. Neste contexto, a terra volta a ser produtora de vida, não só pelo alimento saudável que produzirá [...], mas porque será o suporte da continuidade da família agrícola. Este um valor central do *ethos* camponês.

Na maioria das famílias entrevistadas, as áreas destinadas ao plantio de árvores exóticas (quase sempre eucalipto) são áreas nas quais o produtor não visualiza a possibilidade de implantar outro tipo de lavoura, em geral devido à grande declividade do terreno. Os agricultores consideram que o plantio de eucalipto inviabiliza a área para futuras culturas. Até mesmo áreas próximas às “roças de eucalipto” tornam-se inviáveis, segundo alguns agricultores, porque o solo ficaria extremamente seco. Às vezes, o agricultor não planta eucalipto porque tem pouca área. Às vezes, mesmo com muita área, prefere não inviabilizar o terreno.

*Na realidade, nós temos bastante área destocada, mas ainda não plantei eucalipto. Mas já pensei. [Terra destocada] é terra assim para lavar com animal, com tração animal, que a gente planta, né. Planta um ano uma parte, outro ano outra parte. Se deixar crescer o mato muito... **Eu até pensei de plantar eucalipto. Mas a gente tem dó, porque se plantar com outra cultura, talvez... (...)** É. A terra é boa, é terra que produz bem, só que tem quem trabalhar manual, é difícil sobreviver aqui assim. Não é fácil, não. Depender só daquilo ali, não é fácil. (Agricultor (51 anos), localidade Ourinhos.)*

---

comprometer em promover o plantio de espécies exóticas nos estabelecimentos rurais produtores de fumo.

*Não podemos tacar eucalipto aí. Por exemplo, nós vamos embora ano que vem, vamos plantar eucalipto e se o cara quiser voltar? Não pode mais daí... Porque nós não podemos mais plantar fumo daí, mais milho. Oh! Dá uma raizeira. Trinta metros longe não pode mais plantar também. Seca. Não pega mais umidade, nada né... tem nas beiradas das roças assim, já nas beiradas assim, não dá mais. (...) Aí eu não plantava eucalipto. Se tivesse outro negócio, não. (Agricultora (58 anos) e filhos (29 e 31 anos), localidade Vargem Grande.)*

Paulilo (1990: p.150) já havia registrado, entre os inconvenientes apontados pelos fumicultores quanto ao plantio de eucalipto, o fato de que “o eucalipto é uma planta difícil de erradicar, quando se quer aproveitar o terreno”. Por isso, seu plantio só deve ser feito em locais que não serão mais usados para outras culturas. Devemos ressaltar que as áreas com eucalipto não eram consideradas, pelos entrevistados, como terra cultivada. Eram sempre mencionadas separadamente quando questionávamos sobre as áreas usadas da propriedade. Essas áreas não têm o mesmo significado que outras cultivadas. Um agricultor explicitamente mencionou a dedicação ao plantio do eucalipto como uma atividade extra, colocando-o no bojo das atividades não-agrícolas. Explicando como organizava o trabalho em função da mão-de-obra disponível, afirmou: “Planto para ter o tempo todo ocupado. Tem gente que planta menos para ficar livre depois e fazer outra coisa: **roças de eucalipto**, trabalhar na construção civil, capinar para outros por dia...”.

No entanto, a maioria dos agricultores começa a visualizar o eucalipto como uma importante fonte de renda, com uma garantia de venda parecida com a do fumo – só que em um prazo mais longo –, sobretudo as famílias que dispõem de pouca mão-de-obra, ou mão-de-obra esporádica, no caso de famílias pluriativas. Segundo os agricultores, todo o eucalipto plantado pode ser comercializado para indústrias próximas (em Botuverá ou no município vizinho de Brusque) onde é usado nas caldeiras.

Acreditamos que, diferentemente do fumo, o plantio do eucalipto pode escapar à lógica de organização do trabalho pautada no tripé “terra-trabalho-família”. A quantidade de terra destinada ao plantio do fumo é, em primeiro lugar, pensada em função da mão-de-obra disponível na família, principalmente para o momento da colheita. A área que, num período do ano, é destinada ao plantio de fumo, depois pode ser usada pela família para a produção para consumo próprio. Diante da possibilidade de obter renda com um cultivo que absorva toda a mão-de-obra, como

o fumo, a área de mata nativa desmatada corresponde àquela necessária para suprir a estufa de lenha. As áreas com florestas exóticas nos estabelecimentos rurais de famílias que exerciam apenas atividades agrícolas são, em geral, pequenas e têm a função de suprir a estufa de lenha futuramente. Por outro lado, verificamos que os agricultores que não produzem mais fumo, também plantam eucalipto. Quando parte dos membros do grupo doméstico dedica-se, regularmente, a atividades não-agrícolas e dela obtém sua renda, por um lado, maior área do estabelecimento fica disponível e por outro, a mão-de-obra dos membros pluriativos não pode mais ser usada numa atividade que demande um trabalho tão intensivo quanto o do fumo. Obtendo uma renda não-agrícola em substituição à cultura carro-chefe, a terra que antes era usada para esta cultura pode ser usada apenas pela mão-de-obra esporádica dos membros pluriativos ou dos membros que permaneceram monoativos. Da mesma forma, ao ter outra fonte de renda, é possível esperar para obter da terra uma renda mais a longo prazo, como acontece com o plantio do eucalipto – no mínimo, segundo os agricultores, 5 anos após o plantio. Nas Tabela 1 e 2 é possível constatar como é maior, proporcionalmente, a quantidade de áreas reflorestadas com espécies exóticas por famílias pluriativas em relação às famílias cujos membros exercem apenas atividades agrícolas.

**Tabela 1** – Utilização das terras em estabelecimentos rurais de famílias pluriativas, nas quais a atividade agrícola é a ocupação principal apenas para os pais.

Entrevista n°	<b>Atividade agrícola é a ocupação principal apenas para os pais</b>										
	Dois cônjuges agricultores								Um cônjuge agricultor		
	1	3	4	11	12	20	21	29	6	15	16
<b>Área total (ha)</b>	18,8	37,3	4	13	77	20	117	21	5,4	Não inf.	7
<b>% área com Mata Nativa</b>	31,91	53,61	7,5	34,61	85,71	45,0	42,73	47,61	18,51	50	Não inf.
<b>% área com exóticas</b>	48	26,8	80	24	zero	16	zero	40	74	Não inf.	28
<b>Fumo</b>	zero	zero	zero	1	zero	<1	7	3 próprios 1 arrend.	zero	zero	zero

Fonte: Pesquisa de campo em janeiro/fevereiro de 2005.

**Tabela 2** – Área com mata nativa e usos da terra em estabelecimentos rurais de famílias monoativas em diferentes estágios do ciclo doméstico no município de Botuverá/SC.

Na unidade técnica se exerce apenas atividades agrícolas										
	Dois grupos domésticos: Pais com filhos adultos independentes				Famílias com filhos pequenos		Famílias com filhos jovens/adultos agricultores			
Entrevista nº	2	5	24	30	9	23	25	26	27	31
Área total (ha)	90	29	80	20	1	20	100	14	96	Não inf.
% área com Mata Nativa	77,77	75,86	87,5	50,0	Não inf.	50,0	74,0	50,0	68,75	Não inf.
% área com exóticas	13	7	zero	Não inf.	zero	zero	5	zero	6,25	Não inf.
Fumo (ha)	zero	3	2,5	4,5	zero	3	2	4 próprios 2 arrend.	4	5

Fonte: Pesquisa de campo em janeiro/fevereiro de 2005.

Em relação à Tabela 1, com exceção da família nº 1, na qual o pai pôde investir em fruticultura, em nenhuma delas o pai visualiza a continuidade da unidade produtiva pelos filhos. Nesta família, os filhos exercem atividades não-agrícolas, mas o pai acredita que um dos filhos, pelo menos, vai dar continuidade à fruticultura. O eucalipto passa a ser visto como uma cultura rentável, a longo prazo, para aquelas famílias que dispõe de áreas com vegetação nativa em estágio inicial de regeneração – “os morros de samambaia”. Ao não depender de uma concentração de mão-de-obra num período determinado – como para a colheita do fumo, por exemplo – os tratos culturais do eucalipto podem ser executados pela mão-de-obra ainda disponível na família ou pela mão-de-obra esporádica dos membros pluriativos. Assim, o eucalipto pode ser usado seguindo-se uma lógica de uso da terra diferente do cultivo do fumo. Encontramos, também, vários casos de famílias pluriativas em que o eucalipto foi plantado apenas para o mercado, ou seja, não para secar fumo. São os casos das famílias nºs: 1, 3, 4, 6, 15 e 16, da Tabela 1.

Deste modo, ao contrário do que se poderia pensar, a diminuição da dependência da renda da terra ao abandonar-se a cultura destinada ao mercado (no caso, o fumo), mesmo contando-se com menos mão-de-obra, não implica numa maior área de mata nativa preservada. Os dados mostram que a tendência é justamente o contrário. Entendemos que, do ponto de vista ambiental, devemos considerar alguns aspectos quando entra em questão o estímulo ao plantio de espécies florestais exóticas nos estabelecimentos familiares.

Em primeiro lugar, observando de outra maneira os dados das Tabelas 1 e 2, é importante notar que, em geral, as famílias de fumicultores têm proporcionalmente maior área com floresta nativa do que as famílias que já não plantam fumo. Importante destacar também que nas famílias que já não plantam fumo, os filhos tampouco exercem outras atividades agrícolas. Assim, podemos refletir sobre a acusação tão freqüente de que os agricultores estão “destruindo a floresta para secar fumo”. Entretanto, é indispensável frisar de que não se trata de defender, em hipótese alguma, o cultivo do fumo. Temos, inclusive, evidências (não apresentadas aqui<sup>24</sup>) de que seu cultivo traz sérios prejuízos à saúde e, mesmo, à reprodução social dos agricultores. Limitamo-nos, a partir da preocupação inicial de entender o significado do plantio de espécies florestais exóticas para os agricultores, a apresentar importantes relações encontradas entre o plantio dessas espécies, os valores camponeses e a conservação da Mata Atlântica.

Em segundo lugar, constatamos que na maioria das famílias que já não plantavam fumo, existia proporcionalmente maior área plantada com eucalipto do que nas famílias que ainda plantavam fumo. Essas áreas acontecem em locais em que antes se plantava fumo e áreas antes cobertas por floresta nativa em estágios iniciais de regeneração. Embora se possa pensar que, no plantio de eucalipto o uso da terra não é tão intenso quanto no plantio de fumo, – afinal o eucalipto é uma cultura de ciclo longo e não necessita que o solo seja revolvido anualmente – temos importantes indícios de que, abandonando-se a cultura do fumo, a biodiversidade da Mata Atlântica tende a ser substituída mais rapidamente por monoculturas de eucalipto.

Ou seja, enquanto nas famílias produtoras de fumo o uso da mata acontece apenas para abastecer a estufa, nas famílias que não produzem fumo, o plantio de eucalipto também ocorre (e em maior quantidade) substituindo áreas de mata nativa que, do um ponto de vista preservacionista, poderiam ser regeneradas já que, na maioria dessas famílias a renda dos filhos não depende da terra e já não existe mais o plantio de fumo.

Através das entrevistas, entendemos que, numa relação dialética entre condições práticas e valores, o interesse pelo plantio de eucalipto ocorre com maior freqüência nas famílias que estão se afastando dos valores camponeses, e ao

---

<sup>24</sup> Discutimos essa questão em nosso trabalho de doutoramento (Ver ULLER-GÓMEZ, 2006).

mesmo tempo, esse plantio leva a um afastamento da condição de “colono”, sobretudo entre os filhos. A necessidade prática ocasionada por diversos motivos, entre eles o descontentamento com o plantio do fumo, leva membros das famílias rurais a exercerem atividades não-agrícolas, liberando áreas antes necessárias ao plantio do cultivo carro-chefe. Essas áreas, se ficarem ociosas podem alcançar estágios médio e avançado de regeneração e seu uso ficaria permanentemente inviabilizado por conta da legislação ambiental. O plantio de eucalipto é uma alternativa para dar utilidade àquelas áreas, já que pode ser feito com a mão-de-obra apenas esporádica disponibilizada pelos membros pluriativos.

Por outro lado, o contato com os valores urbanos leva-os a questionar seus valores tradicionais, afastando-os do modo de pensar a terra em articulação com o trabalho e a família, questionando inclusive um dos valores mais prezados pelos colonos – a produção de seu próprio alimento.

Em síntese, o plantio de eucalipto permite uma amarração mais frouxa entre a necessidade pragmática de mão-de-obra e o arranjo simbólico entre as categorias “terra-trabalho-família”. Arriscamos afirmar que ele desafia os valores camponeses: a terra passa a ser usada ainda mais intensamente porque a lógica pragmática se desconecta da lógica simbólica. No fumo, uma determinada quantidade de mão-de-obra familiar é imprescindível para que a unidade produtiva continue existindo. O eucalipto desprende o homem da terra, rompe com a lógica da campesinidade. Embora nas entrevistas, as categorias nucleantes do discurso camponês tenham sido muito ressaltadas pelos pais cujos filhos já não se dedicam ao cultivo da terra, ou mesmo pelos cônjuges pluriativos – sobretudo a “comida” –, o plantio do eucalipto favorece a transição, nas próximas gerações, para um uso não-camponês da terra.

A importância que vem adquirindo o plantio de espécies florestais exóticas é apresentada por Siminski (2009) que analisando os requerimentos para supressão da mata nativa protocolados, entre 1995 e 2007, em sete gerências Regionais da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA), constatou que 85% das intenções de uso alternativo eram de reflorestamento com espécies exóticas.

Em terceiro lugar, é necessário ressaltar que a postura de impedir a regeneração da floresta também foi verificada mesmo entre aquelas famílias em que os valores camponeses são prezados. Muitos agricultores manifestaram seu desejo

de manejar a floresta nativa para obter lenha para as estufas, em vez de plantar eucalipto. Mas diante da impossibilidade desse manejo, ou mesmo da impossibilidade de obter outros produtos não madeiráveis como o palmito (*Euterpe edulis*), seja por excesso de burocracia para legalização do processo, seja pela falta de conhecimento a respeito de outros produtos como os frutos dessa mesma espécie, e desconhecimentos sobre questões de mercado, o agricultor trata de garantir que a floresta não se restabeleça. Em alguns casos, planta eucalipto; em outros, se utiliza de práticas mecânicas, como a derrubada da floresta com trator ainda no estágio inicial, ou mesmo cede a terra a algum familiar para que, cultivando-a, a mantenha “limpa”.

Aqui cabe resgatar a discussão de Gómez-Pompa & Kaus (2000) em que resgatam vários trabalhos que demonstram a intrínseca relação entre os sistemas simbólicos de diversas culturas e o manejo dado aos recursos naturais e alertam para o fato de que em “muitos casos, as práticas tradicionais de uso da terra do setor rural são responsáveis por manter e proteger a biodiversidade das nossas áreas nativas, e frequentemente foram responsáveis pela diversidade genética que fortalece a maioria das variedades dos alimentos cultivados” (op.cit.: p.132). Roué (2000: p.74), por sua vez, adverte que “os povos tradicionais estão longe de ter vivido sempre em harmonia com a natureza; utilizaram, às vezes, seus recursos naturais de maneira abusiva. Mas – pondera – mesmo que certas práticas tradicionais tenham causado danos ao meio ambiente, não é uma razão para não se interessar pelas que mostram um imenso saber”.

Na Tabela 3 apresentamos aqueles estabelecimentos que têm uma organização complexa entre atividades não-agrícolas e agrícolas. As duas são importantes para o grupo doméstico, seja para autoconsumo, seja para obtenção de renda. Em todas essas famílias, pelo menos um dos cônjuges desenvolve atividades não-agrícolas. Por outro lado, a atividade agrícola ainda é importante fonte de renda. Também nesse grupo de famílias o eucalipto aparece em maior quantidade naqueles estabelecimentos que não cultivam fumo.

**Tabela 3** – Utilização das terras em estabelecimentos rurais para cujas famílias são igualmente importantes a agricultura e outras atividades não-agrícolas.

<b>Agricultura e pluriatividade importantes</b>						
	<b>Famílias com filhos pequenos ou sem filhos</b>					<b>Família com filhos adultos</b>
<b>Entrevista nº</b>	<b>13**</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>32</b>	<b>22</b>
<b>Área total (ha)</b>	250	13	20	15	10,7	40
<b>% área com Mata Nativa</b>	68,0	30,76	80,0	70,0	65,42	60,0
<b>% área com espécies florestais exóticas</b>	2	23	30	21	zero	zero
<b>Fumo</b>	zero	2 próprios 2 arrendados	zero	zero	2	4

Fonte: Pesquisa de campo em janeiro/fevereiro de 2005.

(\*\*) Este estabelecimento é usado por três famílias em conjunto (três irmãos casados).

Nas famílias apresentadas na Tabela 4 a seguir, a agricultura é praticada apenas para auto-consumo, com muita importância para as famílias nº 7 e nº 8. Porém, o uso da terra nos estabelecimento da família nº 7 e, com mais intensidade, da família nº 10 e nº 14, dirige-se para aquilo que apontamos anteriormente: o eucalipto pode ser pensado fora da lógica familiar, tende a tornar-se apenas um produto da terra, mas não um produto do trabalho da família. Na família nº 14, para consumo, cultivava-se apenas 300 pés de aipim, em contrapartida, tinham 30 hectares de eucalipto. Na família nº 10, o filho nega o trabalho da terra, mas vai plantar eucalipto na terra do pai que já não pode trabalhar. As famílias nºs 7 e 14 são famílias em que os homens eram também responsáveis pela atividade não-agrícola. Porém, não acreditamos que as explicações se encontrem apenas no fato de o pai ser também pluriativo, porque embora não façam parte da amostra selecionada para as entrevistas, conversamos com membros de outras famílias cujos pais também eram pluriativos e nas quais os valores camponeses faziam-se bem presentes.



**Tabela 4** – Uso das terras em estabelecimentos rurais nas quais se planta eucalipto e/ou se produz apenas para autoconsumo.

Entrevista nº	Agricultura apenas para autoconsumo e eucalipto			
	7	8	10	14
Área total (ha)	18	0,8	10	79
% área com Mata Nativa	Não inf.	zero	Não inf.	62,02
% da área com espécies florestais exóticas	77	zero	zero	38

Fonte: Pesquisa de campo em janeiro/fevereiro de 2005.

As famílias em que os pais são pluriativos e nas quais percebemos uma amarração mais frouxa dos valores camponeses, como também na maioria das famílias em que os filhos se negam a herdar o trabalho da terra, são famílias que residem nas localidades mais próximas da sede municipal (Águas Negras, Sítio Sessenta, Pedras Grandes).

Acreditamos que essas são famílias onde os valores camponeses dificilmente serão repassados para a geração seguinte. No estabelecimento nº8 reside um casal de idosos cujos filhos não herdaram o trabalho da terra. Talvez as palavras desse agricultor sintetizem o que tentamos demonstrar:

*Antigamente esses que tinham estufa não podiam mais cortar lenha nativa para secar o fumo. Então eles tinham que plantar, cada um, uma malha de eucalipto para secar o fumo. Então, eles (autoridades ambientais) deram um tempo. Eles deram 5 ou 6 anos. Até lá eles podiam tirar lenha. Mas depois, tirar para frente... Quem não tinha eucalipto não secava mais fumo, porque nativa não podia mais tirar. Todo mundo começou a plantar eucalipto, plantar eucalipto... sempre mais, sempre mais, sempre mais. Agora, meu Deus do céu... e não faz outra coisa, pelo menos aqui em cima. Só planta eucalipto. (...) Plantam eucalipto ou pinus, agora para comer não plantam mais. (Agricultor aposentado (77 anos), localidade Sítio Sessenta.)*

Finalmente, destacamos uma última questão que merece ser considerada quando pensamos estratégias para a conservação ambiental. Entendemos que as famílias que estão mais preocupadas com sua auto-reprodução como “colonos”, podem ser mais facilmente mobilizadas para o redirecionamento das práticas agrícolas. Nessas famílias, o uso da terra não representa apenas um meio para obter renda. Representa a possibilidade de manter sua relativa autonomia (WANDERLEY, 2001) mediante o policultivo e a garantia de produzir, em primeiro lugar, seu próprio alimento. Em casos como os aqui estudados, essa possibilidade

poderá ser significativamente incrementada se forem desenvolvidas e aceitas pelos órgãos ambientais técnicas de aproveitamento sustentável das áreas ciliares recuperadas ou remanescentes, bem como de pelo menos uma parte das áreas de Mata Atlântica. Sobretudo entre os colonos, entendemos que são várias as possibilidades a serem trabalhadas que tenderiam a dar continuidade à vida digna no espaço rural como “colonos” através de um melhor uso da terra, numa visão mais abrangente do que apenas impedir todo e qualquer uso de determinadas áreas dos estabelecimentos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em síntese, entendemos que na atual geração de agricultores de Botuverá (SC), pelo fato de serem geralmente aproveitadas para a produção para o autoconsumo, o uso das áreas próximas aos cursos d’água continuará a ter importância fundamental, mesmo com a adoção de atividades não-agrícolas pelos membros da família, e desde que se mantenha esse tipo de produção. Assim, embora as famílias entrevistadas tivessem diferentes fontes de renda e estivessem em diferentes estágios do desenvolvimento do ciclo doméstico, as margens dos cursos d’água eram regidas praticamente pelas mesmas normas que outras áreas: são pensadas de tal maneira que se integrem na dinâmica do restante do estabelecimento produtivo. O fato de serem usadas diariamente lhes confere um significado um tanto particular: devem ser próximas da residência. No entanto, quando a dedicação a atividades não-agrícolas é acompanhada por uma “redução” da campesinidade, quando os valores camponeses já não ditam o uso da terra, a regeneração da mata ciliar poderá, talvez, vir a ser feita sem tantas implicações. Mas, por outro lado, a diversidade da floresta tende a diminuir, porque aumenta o plantio de eucalipto.

Importa ressaltar que apesar das dificuldades referidas pelos agricultores e até mesmo das contradições apresentadas, parte considerável dos entrevistados revela que os motivos que os levam a permanecer “na roça” refletem a valorização das categorias identificadoras do “colono”. É como se, numa balança, avaliassem os prós e os contras e o resultado dessa contabilidade apontasse para a permanência na condição de “colono”. No discurso de agricultores de comunidades distantes que preferem ficar na agricultura destacam-se, sobretudo, a liberdade de horário e de

controle do processo produtivo (já ressaltada por Seyferth, 1984, 1993), e a possibilidade de viver ao ar livre em oposição à insalubridade percebida no trabalho nas indústrias.

*Eu fui dois anos seguidos procurar emprego, mas a hora que eu chegava lá me dava um desânimo. (...) Não consegui. Aí depois eu até agradeci. Aí eu resolvi comprar aqui, não sair mais também... (...) Porque eu fiz ficha na fição, eu fui era uma hora da tarde, na hora que eles estavam trocando o turno. A hora que o pessoal sai com aquele solarão quente, com aquela penugem na cabeça, sacudindo assim... Me deu um desânimo. Aí eu cheguei lá, já tinham preenchido a minha vaga. Então eu saí contente, aí eu vim para casa e nem voltei mais também. □Na roça□a gente não é mandado de ninguém. A gente não é mandado, se a gente quiser parar, a hora que quiser, a gente pára, né. E vai quando quer. Tudo mais livre. (Agricultor (30 anos), casado, localidade Areia Alta (família monoativa).)*

O caso da agricultura de Botuverá não é único, mas se repete em muitos locais do estado de Santa Catarina, que possui, na maioria de suas regiões, relevo bastante acidentado. Assim, a discussão aqui apresentada pode contribuir como subsídio para uma negociação social necessária entre órgãos ambientais e agricultores, na construção conjunta de alternativas de conservação ambiental que viabilizem a vida digna no espaço rural.

Dentro de uma perspectiva de construção conjunta, chamamos atenção para a necessidade de valorização crítica do conhecimento dos agricultores, levando-os a refletir sobre a necessidade de se adotar mudanças, entre outros aspectos, no uso das margens dos cursos d'água. No entanto, essa demanda aos agricultores não pode prescindir da possibilidade de recuperação para usos sustentáveis desses espaços, respeitando-se as necessidades concretas diante da exígua quantidade de terras e o significado simbólico/cultural que essas áreas têm diante do coletivo familiar. Afinal, longe de uma postura essencialista, este trabalho nos traz boas indicações de que quando os valores camponeses são preservados existe uma relativa tendência de que também se preserve a biodiversidade.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. In: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Fortaleza – CE, jun. 1998 (mimeo).
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.1, n. 1, p.66-82, jun. 1986.
- ALVES, A.F. **O caráter multifuncional da agricultura: um estudo de caso no município de Rio do Sul – Alto vale do Itajaí/SC**. 2004. 125 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- BOHN, N. Módulo IV – Aspectos legais da proteção e da recuperação de matas ciliares. In: SANTOS, D. S.; GHODDOSI, S. M.; IBBOTSON, D. P.; FRANK, B. (orgs.). **Recuperação de ambientes ciliares da bacia do Itajaí: orientações para os grupos de trabalho municipal**. Blumenau: IPA/FURB, 2005. p.30-35. (Série Projeto Piava nº 4)
- BOHN, N. **Análise interpretativa da Lei nº 9.433/97 a partir do contexto significativo do direito ambiental**. 2003. 424f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- CARDOSO, M. L. de M. **A democracia das águas na sua prática: o caso dos comitês de bacias hidrográficas de Minas Gerais**. 2003. 227f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CAUBET, C. G. **A água, a lei, a política... E o meio ambiente?** Curitiba: Juruá, 2004. 306p.
- CAZELLA, A. A. A multifuncionalidade agrícola numa zona rural desfavorecida. In: CARNEIRO, M. J. & MALUF, R. S. (orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 28-43.
- FRANK, B. & SCHULT, S. M. Planejamento e gestão do roteiro de trabalho municipal. In: FRANK, B., BUTZKE, I. C. & ZIMMERMANN C. E. (orgs.) **Programa de recuperação da mata ciliar: capacitação de grupos de trabalho**. Blumenau: Comitê do Itajaí, 2001. p. 93-97.
- FRANK, B.; BUTZKE, I. C. & ZIMMERMANN C. E. (orgs.) **Programa de recuperação da mata ciliar: capacitação de grupos de trabalho**. Blumenau: Comitê do Itajaí, 2001. 97p.
- GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: AnnaBlume, Nupaub, Hucitec. 2000, 290p. pp.125-163.
- R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.6, n.1, p. 179-217, jan./jul. 2009

GRANZIERA, M. L. M. **Direito de Águas**: disciplina jurídica das águas doces. São Paulo: Atlas S.A., 2001. 245p.

GUIVANT, J. S. & JACOBI, P. Da hidro-técnica à hidro-política: novos rumos para a regulação e gestão dos riscos ambientais no Brasil. **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 43, jun. 2003.

HAYGERT, M. L. & DICKIE, M. A. Produzindo Vida: jovens rurais, *ethos* camponês e agroecologia. In: AUED, B. W. & PAULILO, M. I. S. **Agricultura Familiar**. Florianópolis: Insular, 2004. p.109-132.

IBGE, 2004a. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Tabela 11. (Dados obtidos com auxílio de funcionário da biblioteca do IBGE em Florianópolis/SC, em consulta pessoal realizada em maio de 2004).

IBGE, 2004b. **Censo Demográfico 2000**. (Dados obtidos com auxílio de funcionário da biblioteca do IBGE em Florianópolis/SC, em consulta pessoal realizada em maio de 2004).

IBGE, 2004c. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Tabela 306**, (fonte: Censo Agropecuário 1995-1996), disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado em 21.07.04.

IBGE, 2004d. **Censo Agropecuário 1995-1996**, disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado em 19.07.04.

IBGE, 2004e. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Tabela 1612** (fonte: Produção Agrícola Municipal 2002), disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado em 22.07.04.

IBGE, 2004f. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Tabelas 309 e 318** (fonte: Censo Agropecuário, 1996), disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado em 27.07.2004.

LIBERATO JÚNIOR, G. **O caminho das águas**: das sociedades de vala ao comitê de bacia – um estudo sobre os modos de apropriação da água no meio rural do Vale do Itajaí. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MACHADO, C. J. S. & CARDOSO, M. L. O paradoxo da democracia das águas. **Revista Informativa da Associação Brasileira de Recursos Hídricos**. n. 2, p.5-6. jul. 2000.

MARTINI, L. C. P. & LANNA, A. E. Medidas compensatórias aplicáveis à questão da poluição hídrica de origem agrícola. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**. v.8, n.1, p.111-136, jan./mar. 2003.

MATTEI, L. F. O comportamento do emprego rural catarinense no final do século XX. In: CONGRESSO DA SOBER, 39. 2001 Recife. **Anais...** 2001.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 407p.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 161p.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p.229-252, jan./abr. 2004.

\_\_\_\_\_. **Produtor e agroindústria**: consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. 182p.

ROCHA, A. E. **A conservação da mata ciliar como estratégia de segurança alimentar na comunidade ribeirinha de Morros/MA**. 2001. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoceologia: “Saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A.C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: AnnaBlume, Nupaub, Hucitec, 2000. 290p. pp. 67-79.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 51, p.99-121, fev. 2003a.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b. 254p.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). In: **Anuário Antropológico/91**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p.31-63.

\_\_\_\_\_. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, vol. 29, p.73-96, 1984.

\_\_\_\_\_. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974. 159 p.

SIMINSKI, A. **A Floresta do Futuro**: conhecimento, valorização e perspectivas de uso das formações florestais secundárias no Estado de Santa Catarina. 2009. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais). Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

\_\_\_\_\_. **Formações florestais secundárias como recurso para o desenvolvimento rural e a conservação ambiental no litoral de Santa Catarina**. 2004. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais) Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos feministas**. v. 12, n.1, p.253-267, jan./abr. 2004.

TRENTINI, E.C. **Agricultura “criminosa”**: atividades agrícolas avaliadas à luz do Código Florestal de 1965. 2004. 123p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ULLER-GÓMEZ, C . **Agricultura familiar e participação na gestão das águas Bacia do Itajaí (SC, Brasil)**. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Tese [Doutorado]. Florianópolis. 2006. 295 p.

VALENCIO, N. F. L. S. & MARTINS, R. C. Novas institucionalidades na gestão de águas e poder local: os limites territoriais da democracia decisória. **Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande/MS, v. 5, n. 8, p. 55-71, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J.P. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p.11-73.

Artigo:  
Recebido em: 27/04/2009  
Aceito em: 20/06/2009